

Cardoso preocupado com base de apoio no Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, embarcou ontem para Salvador onde se realiza a III Cúpula Ibero-Americana (ver páginas 6 e 7), com uma lista dos parlamentares que votaram contra o governo na lei salarial. Comentou antes, com um assessor que até um parlamentar que havia sido atendido em seus pleitos, votou contra. E lamentou a falta de um articulador político no governo, apurou a editora Claudia Safatle.

Ele está surpreso com a reação que está vindo do próprio Congresso Nacional, em relação à aprovação da nova política salarial. Avalia que outros setores, além do governo, estão desejosos do veto. "Insistiram tanto para aprovar a lei e agora parece que estão temerosos", afirmou o ministro à repórter Raquel Stenzel.

O ministro da Previdência Social, Antônio Britto, disse ontem que o governo apresentará uma nova proposta de política salarial diferente da aprovada pela Câmara dos Deputados, em breve. "No momento do veto presidencial, será apresentada uma outra proposta de política na linha do que vinha sendo discutido com os parlamentares", declarou o ministro da Previdência.

Britto não quis adiantar como será essa proposição do governo, mas garante que a política salarial atual não vigorará mais por muito tempo. "Vamos propor

algo que possa ser pago pela Previdência e pelo governo e que melhore as condições atuais dos salários dos trabalhadores", afirmou.

Para explicar a derrota do governo, que não teve a proposta de política salarial vinda do Senado aprovada na Câmara, o ministro citou a realização das eleições em 1994. "Na Câmara, boa parte dos parlamentares não estava pensando em salários quando votou pelo reajuste mensal integral pela inflação, mas na sucessão presidencial", acredita Britto.

Segundo o ministro da Previdência, o atual governo tem o papel de preparar o País e colocar a ordem na casa para o próximo presidente. "Mas a antecipação da sucessão vai fazer com que tenhamos maiores dificuldades de cumprir esse papel", colocou o ministro da Previdência.

Britto chamou atenção também para esse clima de sucessão no Congresso quanto à revisão constitucional. "Vamos fazer o que tem de ser feito neste ano e deixar para 1994 o que deve ser feito em 1994", disse o ministro.

De acordo com os cálculos feitos pelos técnicos do Ministério, a Previdência terá, até o final do ano, um gasto de US\$ 3,5 bilhões se for derrubado o veto do presidente Itamar Franco à política salarial, que determina reajustes mensais de 100% da inflação do período.